



## EDITORIAL

---

A *Revista Thesis Juris* é um periódico científico semestral da comunidade jurídica, com chamada permanente, apoiado pela *Universidade Nove de Julho - UNINOVE*, que tem por escopo a difusão de estudos, pesquisas e documentos sobre temas livres e atuais da área do direito e afins, priorizando as contribuições acadêmicas direcionadas para a análise crítica dos novos fenômenos jurídicos.

Utilizamos o *Sistema Eletrônico de Edição de Revistas – SEER*, software desenvolvido especificamente para a criação e gestão de publicações periódicas eletrônicas, ferramenta traduzida e customizada pelo *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT*, baseado no sistema **Open Journal Systems – OJS**, da Universidade British Columbia.

Atualmente, tal periódico conta com o conselho editorial e o quadro de pareceristas compostos por professores doutores, vinculados a instituições de ensino superior de qualidade, reconhecidas no meio acadêmico e distribuídas por diversos estados do Brasil e do exterior, critérios que corroboram com a exogenia do projeto.

Cumprindo o compromisso de colaborar com a excelência da pesquisa em direito no Brasil, a *Revista Thesis Juris* já conta com o seu **International Standard Serial Number - ISSN (2317-3580)** e segue no processo de indexação, pelo que já resta cadastrada em bases de dados como *Latindex* e *Diadorim*, estando também em fase de implementação do **Digital Object Identifier - DOI**.

Todos os trabalhos submetidos à *Revista Thesis Juris* são avaliados, em primeiro lugar, por esta editora, que examina a adequação do trabalho à linha editorial da revista, aspectos formais e metodológicos elementares, entre outros, considerando, ainda, o espaço disponível para publicação. Após essa etapa, o texto é enviado a, no mínimo, dois pareceristas, pelo sistema *double blind peer review*, que garante a privacidade de autor e avaliadores, para que sejam analisados a sua forma e o conteúdo, e emitido o parecer a ser disponibilizado ao autor do trabalho.

Dentro de tais critérios, é com grande satisfação que apresentamos ao grande público o segundo volume da *Revista Thesis Juris*, composto por trabalhos que alcançaram grande

destaque, após rigorosa e disputada seleção, envolvendo autores de diversas instituições de ensino, sediadas por todo o Brasil.

Os textos em tela, abaixo especificados, pelo rigor técnico, sensibilidade, originalidade e coragem na escolha dos temas, bem como pelo grande valor científico que demonstram, certamente em muito contribuirão para aperfeiçoamento do direito no país.

Inicialmente, no trabalho “A fraternidade em debate: reflexos no ordenamento jurídico brasileiro”, Fernando Henrique da Silva Horita propõe um resgate do princípio da fraternidade, dentro de uma perspectiva crítica, operando-se sobre os contratos do direito fraterno, percorrendo sua origem e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro.

Na sequência, Lucas Daniel Souza investiga quais são os valores inseridos no texto da norma constitucional e, sobretudo, o quanto da prestação da efetividade dessa norma está em vigor, propondo um juízo de análise com fito de saber se, de fato, trata-se de um discurso prático ou de um discurso retórico falacioso formal, no artigo “Direitos humanos: como tudo começou”.

“Os tratados internacionais de direitos humanos no Supremo Tribunal Federal: incorporação e hierarquia com considerações do direito comparado e proposta quanto à interpretação” é o trabalho elaborado por Patrícia Cobianchi Figueiredo, em que demonstra o entendimento do Supremo Tribunal Federal com relação à incorporação, à hierarquia e à interpretação dos tratados internacionais de direitos humanos, frente ao desafio atual de efetivação de tais direitos já reconhecidos fartamente em textos nacionais e internacionais.

“Perspectiva Habermasiana de dignidade da pessoa humana” é o título do estudo desenvolvido por Diogo Bacha e Silva, no qual aborda a perspectiva da filosofia da linguagem em substituição da filosofia da consciência em prol do alcance da interpretação da dignidade humana que alcance o reconhecimento recíproco e igualitário deste princípio-valor, permitindo a inclusão das minorias nesta mesma dignidade.

Gilson Ferreira apresenta o estudo “A função social da posse como elemento de efetivação dos direitos humanos no contexto do direito de moradia digna”, no qual busca, a partir das noções de direitos fundamentais e de direitos humanos, promover uma análise crítica da posse como categoria de direito privado, contrastando-a com seu perfil promocional que se radica, a partir do reconhecimento dos direitos sociais, como fruto de lutas sociais e como mecanismo de superação da crise mundial da segunda metade do século XIX.

A seu turno, Patricia Martinez Almeida e Daniela Gomes Pereira do Amaral nos brindam com o texto “A liberdade no planejamento familiar e a vedação de acesso à reprodução assistida em mulheres com mais de 50 anos pelo Conselho Federal de Medicina”, onde são analisados os critérios da vedação à reprodução assistida em mulheres com mais de 50 anos e sua repercussão no livre planejamento familiar, como garantia da dignidade da pessoa humana, e a vedação do retrocesso dos direitos fundamentais.

A revista conta, ainda, com o trabalho “A crise do judiciário e a eficácia da conciliação nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais de São Luís - MA”, de autoria de Allison Guimarães, envolvendo uma crítica sobre a eficácia da conciliação como um meio de resolução de conflitos nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais de São Luís - MA, utilizando como amostra de estudo os acordos provenientes da Semana Nacional de Conciliação 2012.

Rennan Faria Krüger Thamay produziu o texto “A crise do Poder Judiciário como fator determinante para a ocorrência da relativização da coisa julgada”, indicando como possíveis soluções de dita problemática a aplicação mais efetiva da fundamentação das decisões judiciais, o aumento de responsabilidades para os magistrados frente às suas decisões e, por fim, a aplicação da celeridade de forma adequada com o contraditório e a ampla defesa.

Em seguida, temos o texto de Fabíola Yamasaki, “A natureza jurídica da imunidade tributária de imprensa e a possibilidade de extensão da norma exoneratória sobre os insumos indispensáveis à impressão: uma exegese constitucional”, que versa sobre a imunidade de imprensa, repousando a problemática na possibilidade de extensão da regra exoneratória aos insumos indispensáveis ao respectivo processo produtivo, ante a atecnia das proposições normativo-constitucionais.

Por outro viés, Osvaldo Oliveira Araújo Firmo e Sonia Maria Queiroz de Oliveira promovem, no estudo denominado de “Da suspensão de mandato do parlamentar para investidura como Ministro de Estado: incompatibilidade relativa sob o regime do afastamento à luz do direito luso-brasileiro (sob a perspectiva do processo de cassação de deputado brasileiro)”, uma reflexão no âmbito do estatuto jurídico dos titulares de cargos políticos, em especial o caso da incompatibilidade parlamentar de exercício de função de ministro, buscando compreender a extensão e as consequências da incompatibilidade do art. 154º, 1, da CRP, cuja dicção equivale à do art. 56, I, da CRFB.

Após isso, Daniella Miranda Santos e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, no texto “História do ensino jurídico brasileiro: o Seminário de Olinda como precursor dos cursos jurídicos no Brasil Império”, têm por escopo analisar como Igreja, Estado e Educação estiveram imbricados na configuração do espaço jurídico brasileiro e na consolidação do Estado Nacional.

Os convidados Olivia Virgen Figueredo Paneque, Alcides Francisco Antúnez Sánchez e Yolanda Soler Pellicer contextualizam o direito de autor frente às novas formas de expressão e criação, novos meios de reprodução e acesso, dentro de um processo de globalização de mercados e economias em que se encontra a atual sociedade da informação, através do estudo intitulado “*El derecho de autor ante los desafíos del desarrollo en el entorno digital y las comunicaciones en los momentos actuales: su expresión en el sistema de Derecho Interno en Cuba*”.

Em arremate, María Méndez Rocasolano nos contempla com o texto “*Retos constitucionales sobre derechos humanos: los derechos de los niños desde perspectivas axiológico normativas*”, no qual reflete sobre o significado da regulamentação constitucional da infância, sob o prisma da teoria da dinamogênese .

Nossa expectativa, no presente volume, é fornecer instrumentos para que pesquisadores e aplicadores do direito compreendam a dimensão crítica de tradicionais institutos jurídicos, redimensionando-os e, assim, disseminando as bases para o desenvolvimento de uma ciência jurídica ainda mais próxima da realidade do cotidiano.

Boa leitura!

São Paulo, 22 de julho de 2013.

Mariana Ribeiro Santiago.